

Análise da implementação do Sistema Estruturado de Ensino (SEE) da rede estadual de educação básica do estado de Mato Grosso-MT

Analysis of the implementation of the Structured Education System (SEE) of the state basic education network of the state of Mato Grosso-MT

Divino Batista Alves Rosa¹

Resumo

Este artigo busca conhecer o processo de implementação da política pública/programa Sistema Estruturado de Ensino (SEE) da rede estadual de educação do estado de Mato Grosso. A investigação foi baseada em pesquisa bibliográfica, análise documental e análise pedagógica do material didático/caderno, componente curricular Geografia, Ensino Fundamental, anos finais. A investigação mostra-nos que o currículo da rede estadual de educação básica operado pelo consórcio liderado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a empresa Dian & Silva Empreendimentos Educacionais Ltda. traz problemas quanto à qualidade do material didático de Geografia utilizado nas escolas, situação que pode tornar-se um empecilho no processo de consecução dos objetivos do programa ora em implementação. O material/recurso pedagógico apresenta um conjunto de falhas pedagógicas, como incoerências cartográficas, imprecisões conceituais, imagens com baixa resolução e cobrança de assunto na atividade, mas sem abordagem do conteúdo na unidade.

Palavras-chave: sistema estruturado de ensino. implementação de políticas públicas. livro didático de geografia.

Abstract

This article aims to understand the process of implementing the Structured Education System (SEE), a public policy/program of the state education network in the state of Mato Grosso. The investigation comprised bibliographical research, documentary analysis and pedagogical analysis of teaching material/textbook of the discipline of Geography in the final grades of Elementary School. The investigation has shown that the curriculum of the state basic education network, as operated by the consortium led by Fundação Getúlio Vargas (FGV) and Dian & Silva Empreendimentos Educacionais Ltda, has some problems regarding the quality of the geography teaching material used in the schools, a situation that can hinder the achievement of objectives of the program currently being implemented. Some pedagogical flaws have been identified in the pedagogical material/resource, such as cartographic inconsistencies, conceptual inaccuracies, low-resolution images, and exercises requiring knowledge of content not addressed in the units.

Keywords: structured education system. implementation of public policies. geography

¹ Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso, Brasil. Email divinobatista@gmail.com, orcid <https://orcid.org/0000-0002-5948-923X>

textbook.

Introdução

A figura do Estado é representada nas políticas públicas para influenciar o quadro de uma determinada realidade, seja para manter o equilíbrio social, seja para introduzir um desequilíbrio nessa realidade, a fim de modificá-la. Assim, quando propomos apresentar o processo de implementação do Sistema Estruturado de Ensino (SEE) do Estado de Mato Grosso, programa com implementação iniciada nas unidades escolares no ano de 2022, procuramos problematizar um instrumento/recurso didático utilizado pela política pública ao interferir na realidade educacional.

O momento em foco é o de implementação do SEE. Vale notar que o momento da implementação no quadro de investigação das políticas públicas caracteriza-se, segundo Lotta (2019), pela análise específica da materialização, concretização, de uma política pública ou de um programa. Já o instrumento que buscamos problematizar no processo de interferência deliberada na realidade social, na dimensão educacional, é o material pedagógico – material impresso/caderno do componente curricular de Geografia do Ensino Fundamental, anos finais (7º, 8º, 9º) – utilizado na implementação do SEE.

O SEE tem como agente do processo de implementação uma empresa contratada pela Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso em dezembro de 2021. Essa empresa é o consórcio liderado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a empresa Dian & Silva Empreendimentos Educacionais Ltda. (MATO GROSSO, 2021). O programa SEE compreende os seguintes objetos contratados: materiais pedagógicos (impresso e digital); capacitação e formação continuada com, no mínimo, 120 horas, nas modalidades presencial e não presencial, para professores, diretores, coordenadores e demais profissionais envolvidos com o processo educacional; gestão da aprendizagem; e avaliação bimestral da aprendizagem dos estudantes nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática nos dois primeiros anos, incluindo-se as áreas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas nos demais anos (MATO GROSSO, 2021).

Diante desse rol de itens contratados para constituir o programa do SEE, vale

Revista Administração Educacional, Centro de Educação, Universidade Federal de
Pernambuco, Recife, v. 15, n. 2, p.55-74., jul/dez 2024

ISSN:2359-1382 DOI <http://doi.org/10.51359/2359-1382.2024.262082>



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

considerarmos, pautados em Brites e Clemente (2019), que a dimensão da implementação do ciclo político-administrativo é essencial para o insucesso ou sucesso da política pública, na tentativa de alcançar os objetivos propostos. A crucialidade da dimensão da implementação na política pública, ainda conforme os autores, está ligada aos processos de planejamento, estruturação da máquina pública e provisão dos insumos necessários para sua efetivação e execução.

Draibe (2001) pondera que os objetivos da pesquisa de avaliação de políticas públicas podem ter relação com a constituição de conhecimentos ou com a verificação de eficiência, eficácia e *accountability*, para verificar empecilhos, gastos, orientações e reorientações do processo de implementação. Quando pautamos nossa proposta de avaliação nos materiais pedagógicos – cadernos do componente curricular de Geografia, anos finais do Ensino Fundamental –, um dos objetos que constituem o SEE, buscamos produzir conhecimento sobre as condições e meios utilizados para a intervenção deliberada na realidade educacional da rede estadual de educação básica do estado de Mato Grosso. Portanto, a natureza da investigação é a de avaliação de processo, para fins de conhecimento dos fatores que podem facilitar ou dificultar a implementação do SEE da rede estadual de educação do estado de Mato Grosso.

A qualidade dos materiais de apoio à atividade-fim – a prática pedagógica – pode interferir na consecução do SEE, uma vez que o objetivo do programa é avançar no Índice da Prática de Ensino Aprendizagem (IPEA). Este índice foi criado pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), no quadro de implementação do SEE, para aferir o avanço da aprendizagem do estudante, por meio de avaliações efetuadas bimestralmente no decorrer do ano letivo, e a partir daí fixar as metas de aprendizagens para as unidades escolares da rede estadual de educação.

Segundo Draibe (2001), a qualidade dos materiais de apoio à consecução da atividade-fim de uma política ou programa pode ser um indicador da eficácia ou ineficácia da implementação de uma política pública. Isso porque tais recursos podem ser condicionantes, facilitadores ou obstáculos para a implementação de uma política pública ou programa. Assim, quando tratamos do processo de implementação do SEE da rede estadual de educação do estado de Mato Grosso, a partir da análise pedagógica do material didático do componente curricular

de Geografia, anos finais do Ensino Fundamental, partimos da compreensão de que a qualidade do recurso didático do SEE utilizado pelo professor, um dos principais atores implementadores do programa, pode constituir tanto um condicionante facilitador quanto um obstáculo para a consecução dos objetivos do programa, dada a sua potencialidade de repercutir no avanço do IPEA da rede estadual.

Como observa a SEDUC-MT (2023), o Sistema Estruturado de Ensino caracteriza-se por ser uma forma planejada de articular o livro didático, a plataforma digital, a formação dos professores, a avaliação e a assessoria pedagógica (Circuito de Gestão da Aprendizagem) em uma grande estrutura de ensino. O livro didático tem uma relevância acentuada na potência da implementação do SEE, pois, como observado, é um dos principais recursos envolvidos na política pública em implementação.

Na sequência, apresentamos o papel que o material pedagógico tem na construção da prática docente e educacional, assim como a avaliação pedagógica do recurso didático – material impresso/caderno do componente curricular de Geografia do Sistema Estruturado de Ensino, Ensino Fundamental, anos finais. São destacados os problemas encontrados na obra: Incoerências Cartográficas (IC), Incongruência de Informações (II), Qualidade de Imagem (QI) e Confusão Conceitual (CC).

O livro didático e seu papel na constituição da prática docente

A análise do processo de implementação do SEE da rede estadual de educação do estado de Mato Grosso por meio do exame da qualidade do recurso didático distribuído aos professores e estudantes da rede estadual de educação implica a necessidade de falarmos, de modo genérico, sobre o papel que os recursos didáticos têm na constituição da prática docente pedagógica. De modo específico, cabe analisar e discutir a influência que o livro didático do componente curricular Geografia do Ensino Fundamental, anos finais, tem na constituição da prática docente do professor de Geografia e na aprendizagem dos estudantes.

Vale notar, com base em Freitas (2009), que os recursos ou equipamentos didáticos são aqueles objetos utilizados pelo professor em sala de aula com vistas a estimular o estudante

para sua aproximação do conteúdo. São, portanto, aqueles instrumentos que, a partir da atuação deliberada do professor – estratégias e planejamentos articulados com a concepção pedagógica da escola –, contribuem como mediadores para a sedimentação do conhecimento do estudante sobre os conteúdos trabalhados em sala de aula.

Portanto, os recursos/equipamentos didáticos são parte do processo de constituição da prática pedagógica docente, uma vez que contribuem para a construção sistemática do processo de ensino. Como reflete Franco (2012), a prática pedagógica caracteriza-se por ser intencional, a fim de atender a determinadas expectativas educacionais solicitadas por dada comunidade social em determinado tempo.

Nesse sentido, os recursos/equipamentos utilizados no quadro de ensino nas escolas são materiais que fazem parte da preocupação da didática. Conforme afirma Franco (2012), a didática, com base em Comenius – como ensinar tudo a todos? –, segue a lógica de arregimentar as peças da prática pedagógica para que se construa o ensino escolar, o que compreende o envolvimento de sujeitos, professores e estudantes, bem como os recursos materiais que podem ser utilizados na busca intencional da produção da aprendizagem.

Ao problematizarmos o processo de implementação da política pública/programa SEE da rede estadual de educação do estado de Mato Grosso por meio da avaliação pedagógica do recurso didático selecionado, pautamo-nos na concepção de que os recursos utilizados no contexto da prática escolar têm a potencialidade de influenciar a aprendizagem do estudante e de influir na construção do saber docente. Portanto, têm efeito na consecução de uma política pública, tanto como facilitadores quanto como empecilhos à implementação.

Vale notar que o material impresso/caderno concebido pelo SEE é utilizado na rede estadual de educação do estado de Mato Grosso como substituto ao recurso do livro didático do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), encaminhado a todas as escolas públicas do país pela União, por meio do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo Nacional da Educação (FNDE). Tal situação possibilita-nos fazer ponderações sobre o livro didático no contexto da prática escolar, para assim falarmos sobre o papel que o material impresso/caderno do SEE tem na constituição da prática do docente e, por consequência, na implementação da política pública/programa do SEE.

O SEE tem, no discurso do avanço da aprendizagem dos estudantes, o mote de sua concepção, organização e implementação – mote esse representado na concepção do Indicador do Processo de Ensino e Aprendizagem (IPEA) da rede estadual de educação do estado de Mato Grosso, assim como no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), vinculado ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Ambos os índices têm como matriz referencial de aprendizagem para os estudantes os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. O mote do avanço da aprendizagem do estudante como referência à implementação do SEE está baseado no programa EducAção 10 anos, do governo do estado de Mato Grosso, representado no Decreto 1.497/2022, o qual estabelece, como meta para a rede estadual de educação, colocar o estado de Mato Grosso entre os dez melhores do país no IDEB até 2026 e entre os cinco melhores até 2032, com erradicação do analfabetismo da população e do abandono escolar no Ensino Fundamental I até 2032.

De acordo com Bonafé e Rodríguez (2013), o livro didático continua sendo o principal dispositivo didático para o desenvolvimento das aulas nas escolas, muito embora estejamos em plena era digital. Isso demonstra a relevância de analisarmos o material impresso/caderno do SEE na constituição da prática pedagógica do docente e, por consequência, na aprendizagem do estudante.

A figura do livro didático não se limita ao ensino do estudante; esse material/recurso didático é fonte de conhecimento e aprendizagem também para o professor. Esse papel do livro didático foi abordado por Tardif (2014) ao discutir a constituição dos saberes docentes, destacando que o livro didático é uma das várias fontes utilizadas pelo professor para a aquisição dos conhecimentos que constituem sua profissionalidade. Tais saberes são variegados e envolvem diversas dimensões ao serem mobilizados no dia a dia, ou seja, quando são mobilizados, trazem a influência do individual, do social, da instituição escolar, dos outros atores educativos e dos lugares de sua formação.

Nesse sentido, o material impresso/caderno do SEE, independentemente de qual seja o componente curricular que compreende, tem a potência de interferir na constituição da prática pedagógica do docente. Segundo Tardif (2014), o recurso do livro didático possibilita a construção do saber docente, saber esse que é apreendido e arregimentado sincreticamente pelo

professor no contexto da prática escolar.

Feita esta análise genérica do papel que os recursos didáticos têm na constituição da prática docente e de sua potência na efetivação de uma política pública de ensino e currículo, passamos a falar de modo mais específico sobre o papel que o livro didático de Geografia tem na constituição da prática do docente de Geografia e na aprendizagem dos estudantes.

Livro didático de Geografia e seu papel na construção da prática docente pedagógica

O ensino de Geografia na escola, a geografia do professor, de acordo com Gonçalves (2018), visa à formação social do sujeito, ao seu desenvolvimento intelectual e existencial, situado socialmente no mundo. Ou seja, a geografia do professor tem a ver com o processo de orientação dos estudantes para o mundo como ele é construído para existir. Ainda conforme a autora, o professor de Geografia não pode ser um mero passador de informações e de curiosidades sobre os lugares; no processo de ensino, deve ser um possibilitador de desenvolvimento mental, conceitual e instrumental que permita a análise de signos e representações espaciais diversas, considerando a complexidade das escalas e conexões geográficas. Os desenvolvimentos conceituais são construídos a partir da linguagem própria da geografia, das categorias geográficas – território, região, lugar, paisagem –, as quais auxiliam na compreensão do espaço geográfico. Essa característica do ensino da geografia escolar, geografia do professor, requer, então, recursos didáticos; livro didático; um professor com condições de realização do trabalho; processos formativos; e ações colaborativas entre os professores e outros sujeitos.

Nesse sentido, temos que pensar o manual do professor, com base em Rocha (2018), para além da função de fornecedor das respostas dos exercícios presentes no manual dos estudantes. O manual do professor é um material que tem a finalidade de trazer os métodos e os conteúdos para o professor, a seleção de saberes e sua atualização. Temos, pois, que alçar a compreensão do manual do professor a uma forma que faz repercutirem as agendas políticas de um determinado tempo.

Aliás, podemos dizer que essa situação está presente no processo de implementação do

Revista Administração Educacional, Centro de Educação, Universidade Federal de
Pernambuco, Recife, v. 15, n. 2, p.55-74., jul/dez 2024

ISSN:2359-1382 DOI <http://doi.org/10.51359/2359-1382.2024.262082>



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

SEE do estado de Mato Grosso, visto que é a partir do conteúdo existente e trabalhado no material impresso/caderno do SEE que são feitas as avaliações bimestrais promovidas pela Secretaria de Estado de Educação por meio da FGV. São as chamadas avaliações somativas do Sistema Estruturado de Ensino, as quais são fundamentos para se chegar ao índice de aprendizagem IPEA das unidades escolares no final do ano letivo.

O livro didático como uma das formas de fazer repercutir agendas políticas faz parte do processo de constituição do manual didático. A dimensão política do livro didático pode ser notada em França e Carvalho (2015), quando discutem o livro didático de Geografia e a construção da identidade nacional. A partir dessa discussão, entendem que o manual didático de Geografia no Brasil, ao longo de sua constituição como recurso mediador da prática docente, trouxe abordagens epistemológicas e políticas da geografia. Assim, foi nesse arranjo que tivemos períodos de maior influência da geografia chamada tradicional, pautada na descrição e memorização de assuntos relacionados ao espaço. Também foi sob essa lógica que no livro didático ganharam força, sobretudo a partir de 1970, abordagens de temas da chamada geografia crítica, em que assuntos como desigualdade social, problemas de acesso a moradias, emprego/desemprego e violência, entre outros, passaram a ser constantes na leitura do espaço geográfico.

Pensar o livro didático de Geografia e sua influência no contexto da prática docente pedagógica remete a questões básicas sobre a qualidade do material didático. Essa qualidade do material, segundo Castrogiovanni e Goulart (2003), deve ser capaz de possibilitar ao estudante a leitura da organização do espaço e o desenvolvimento de sua capacidade de observação, interpretação e análise dos objetos geográficos – natureza e sociedade.

Desenvolvida esta ponderação sobre a constituição do livro didático de Geografia, o seu papel na efetivação da prática docente e as disputas políticas que o envolvem, passaremos para a análise pedagógica do material impresso/caderno do SEE da rede estadual de educação do estado de Mato Grosso.

Análise Pedagógica do Material Didático do Sistema Estruturado de Ensino da Rede Estadual de Educação de Mato Grosso, Componente Curricular de Geografia

Revista Administração Educacional, Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, v. 15, n. 2, p.55-74., jul/dez 2024

ISSN:2359-1382 DOI <http://doi.org/10.51359/2359-1382.2024.262082>



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

O material impresso/caderno do SEE, anos finais – 7º, 8º, 9º –, livro do estudante, é composto de quatro cadernos consumíveis, compreendendo um volume para cada bimestre da respectiva série/ano escolar, que são entregues ao estudante em cada início de bimestre do ano letivo. Já o manual do professor compreende os quatro cadernos do estudante, com a resolução das atividades, em volume único para cada ano escolar/série, mais as abordagens metodológicas, conceituais e pedagógicas do Sistema Maxi de Ensino, que é o sistema responsável pela produção do material didático.

A proposta pedagógica que fundamenta a concepção e a estrutura do caderno do SEE é a pedagogia afetiva. Salienta-se que a análise pedagógica do material impresso/caderno do SEE, recurso didático, desenvolvida neste trabalho é feita a partir do manual do professor, séries finais do Ensino Fundamental – 7º, 8º, 9º – do corrente ano letivo, 2023 (Figura 1).

Figura 1 – Cadernos impressos/SEE – Manual do Professor



Fonte: elaboração do autor

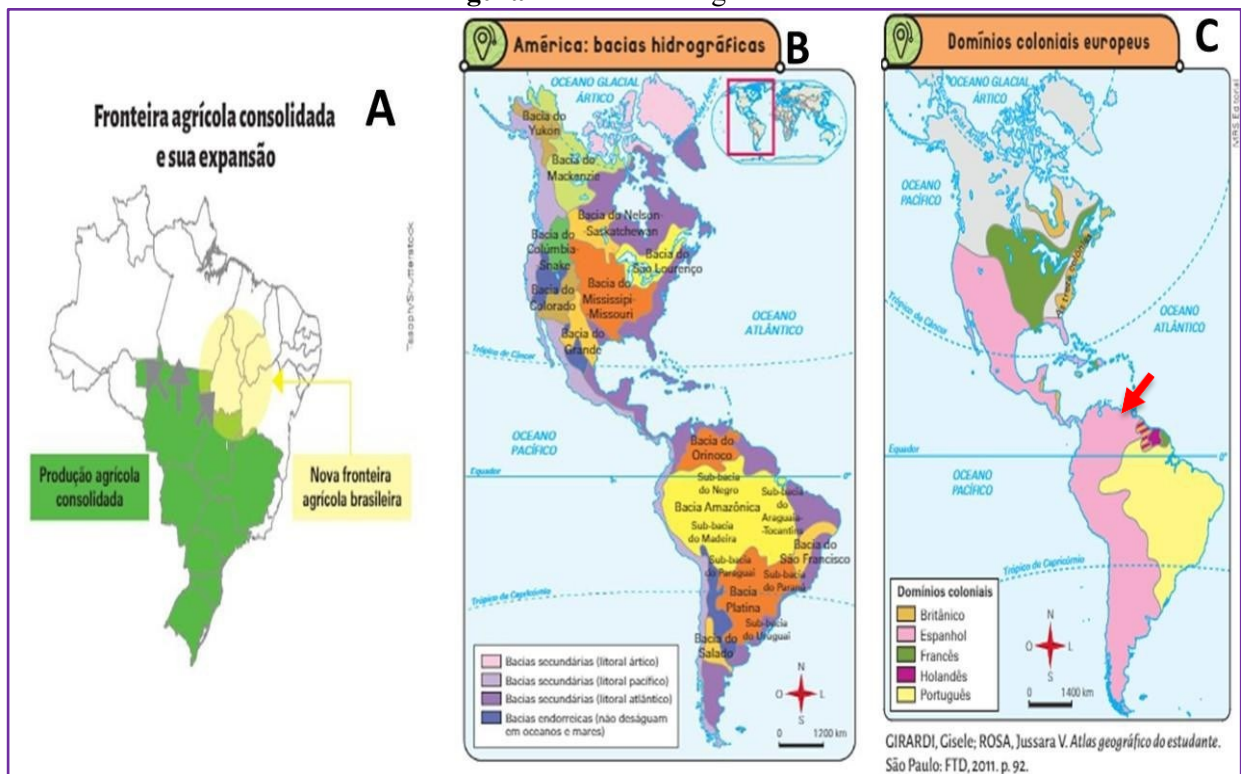
Feita a apresentação do material impresso, destacamos que a avaliação pedagógica desse material se baseia nas reflexões de Castrogiovanni e Goulart (2003) sobre o livro didático. Os

autores afirmam que um livro didático, para possibilitar um arcabouço de leitura da organização do espaço e o desenvolvimento da capacidade de observação, interpretação e análise dos objetos geográficos, necessita ter, no mínimo, os seguintes aspectos: fidedignidade das afirmações; estímulo à criatividade; correta representação cartográfica; abordagem que valoriza a realidade; enfoque no espaço como uma totalidade. Com base nessa referência, pautamos nosso raciocínio da análise pedagógica do material impresso/caderno do SEE, manual do professor, componente curricular de Geografia, Ensino Fundamental, anos finais, da rede estadual de educação do estado de Mato Grosso, em quatro categorias, as quais são: Incoerência Cartográfica (IC), Incongruência de Informações (II), Resolução de Imagens (RI), Confusão Conceitual (CC).

Apresentamos, de início, a categoria Incoerência Cartográfica (IC). Nesta categoria, mostraremos as incoerências encontradas nos mapas da obra – caderno impresso/SEE, manual do professor, anos finais do Ensino Fundamental –, como falta de informações na legenda e de elementos para a leitura do mapa – legenda, escala e orientação cartográfica. Esses erros dificultam o processo de leitura espacial do objeto geográfico, natural e humano, bem como o desenvolvimento da capacidade de observação, análise e interpretação do estudante no decorrer do processo de ensino-aprendizagem.

Na Figura 2, apontamos os erros encontrados na obra no que se refere à legenda; há assuntos que são representados no mapa, mas sem informação do tema na legenda, o que representa informação incompleta.

Figura 2 – Erros de Legenda

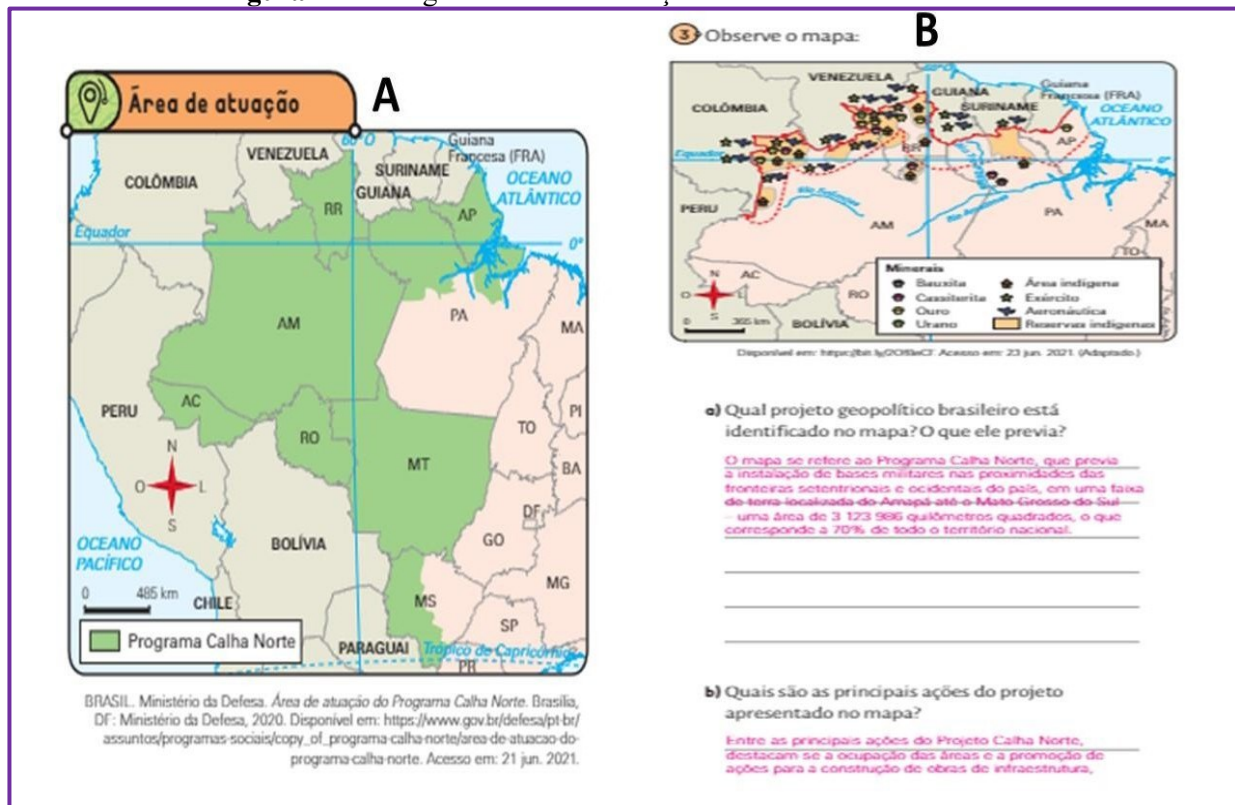


Fonte: elaboração do autor

Pode-se notar, na Figura 3, que as imagens A, B, C – Povos da Espanha, Região do Cáucaso, Nicarágua – não trazem certas informações, como orientação cartográfica e legendas. Tal situação é representativa de incoerência cartográfica, pois, para se ler um mapa, há necessidade de termos ao menos um título, a legenda e a orientação cartográfica.

Feita essa ponderação sobre a categoria Incoerência Cartográfica (IC), passamos a apresentar a categoria de análise Incongruência de Informação (II). Nesta categoria, vamos mostrar registros relacionados a informações com apontamentos parciais, equivocadas e com erros ortográficos. Primeiramente, trazemos a figura com imagens que representam informações com apontamentos parciais ou incongruentes.

Figura 4 – Incongruência de informação entre o texto e a atividade

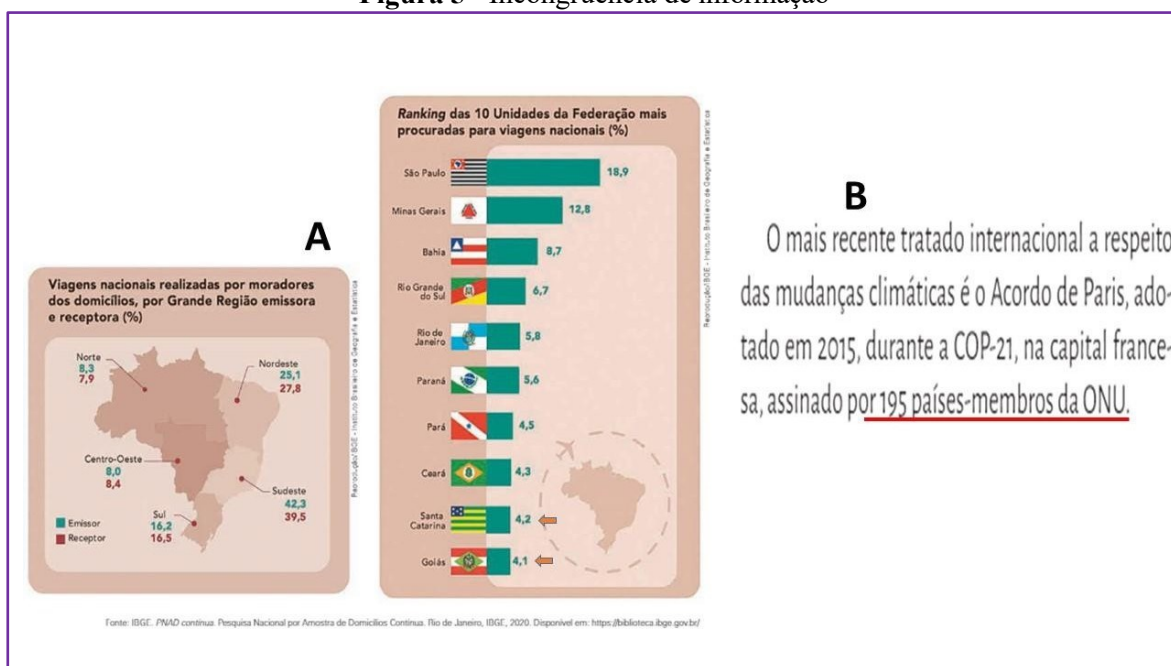


Fonte: elaboração do autor

Observa-se, na imagem B, um mapa para que seja feita a leitura e, a partir daí, sejam respondidas as questões solicitadas. Pergunta-se qual é o projeto geopolítico do território brasileiro que o mapa representa e quais são as principais ações do projeto representado. Pode-se notar, a partir da imagem A, que a imagem representada aponta a área do Programa Calha Norte, todavia, a imagem B, que representa a atividade proposta, ilustra uma área com abrangência distinta daquela da imagem A. Contudo, no orientativo de resposta, está indicada como se fosse o Programa Calha Norte. Tal situação evidencia incongruência de informações, já que o que é requerido não tem relação direta com o que foi trabalhado e apresentado ao professor e ao estudante na representação do Programa Calha Norte.

Ainda neste panorama de incongruência de informações, a Figura 5 denota incongruências nas informações sobre o conteúdo trabalhado na obra.

Figura 5 - Incongruência de informação

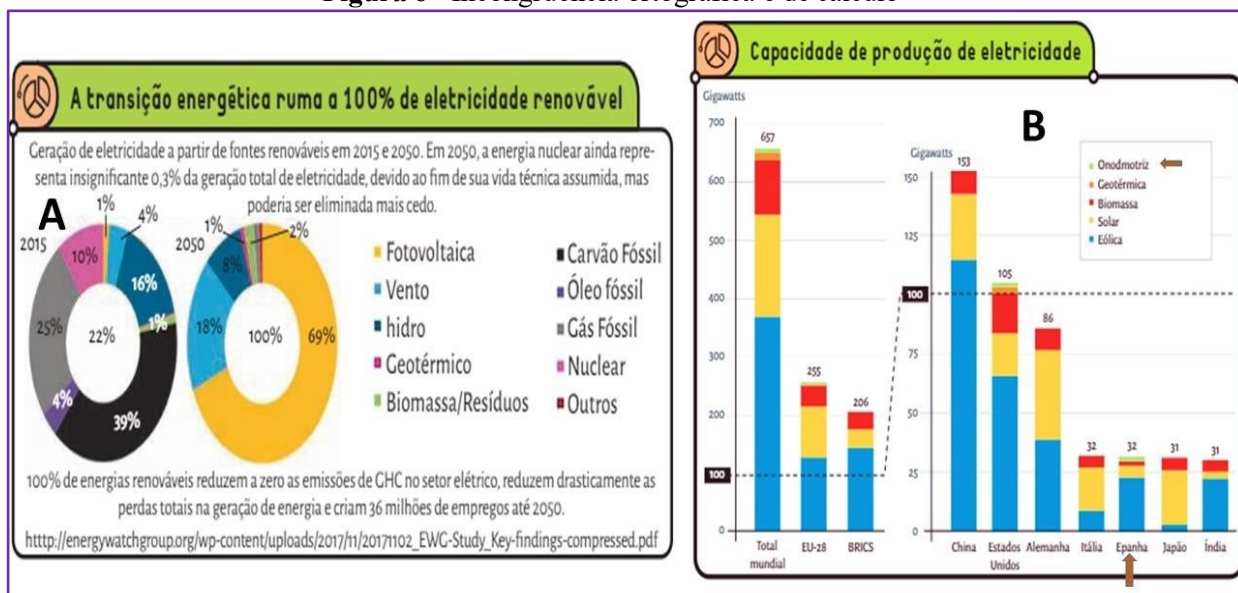


Fonte: elaboração do autor

Essa *incongruência* de informação pode ser notada na imagem A, quando as duas últimas bandeiras do *ranking* das dez Unidades da Federação mais procuradas para viagens nacionais são apresentadas e estão trocadas. Conforme indicado pelas setas laranja, a imagem da bandeira do estado de Goiás está projetada no estado de Santa Catarina, e a bandeira do estado de Santa Catarina está projetada no estado de Goiás. A imagem B da figura também traz informações equivocadas. A obra, ao abordar o acordo de Paris, promovido pela ONU na COP-21, informa que essa instituição está constituída por 195 países, mas, na verdade, é constituída por 193 países membros.

Ainda sobre as incongruências das informações, na Figura 6, veem-se imagens que apontam problemas de ortografia e no cálculo de um gráfico que representa a transição energética para fontes consideradas limpas, não poluentes ambientalmente.

Figura 6 - Incongruência ortográfica e de cálculo

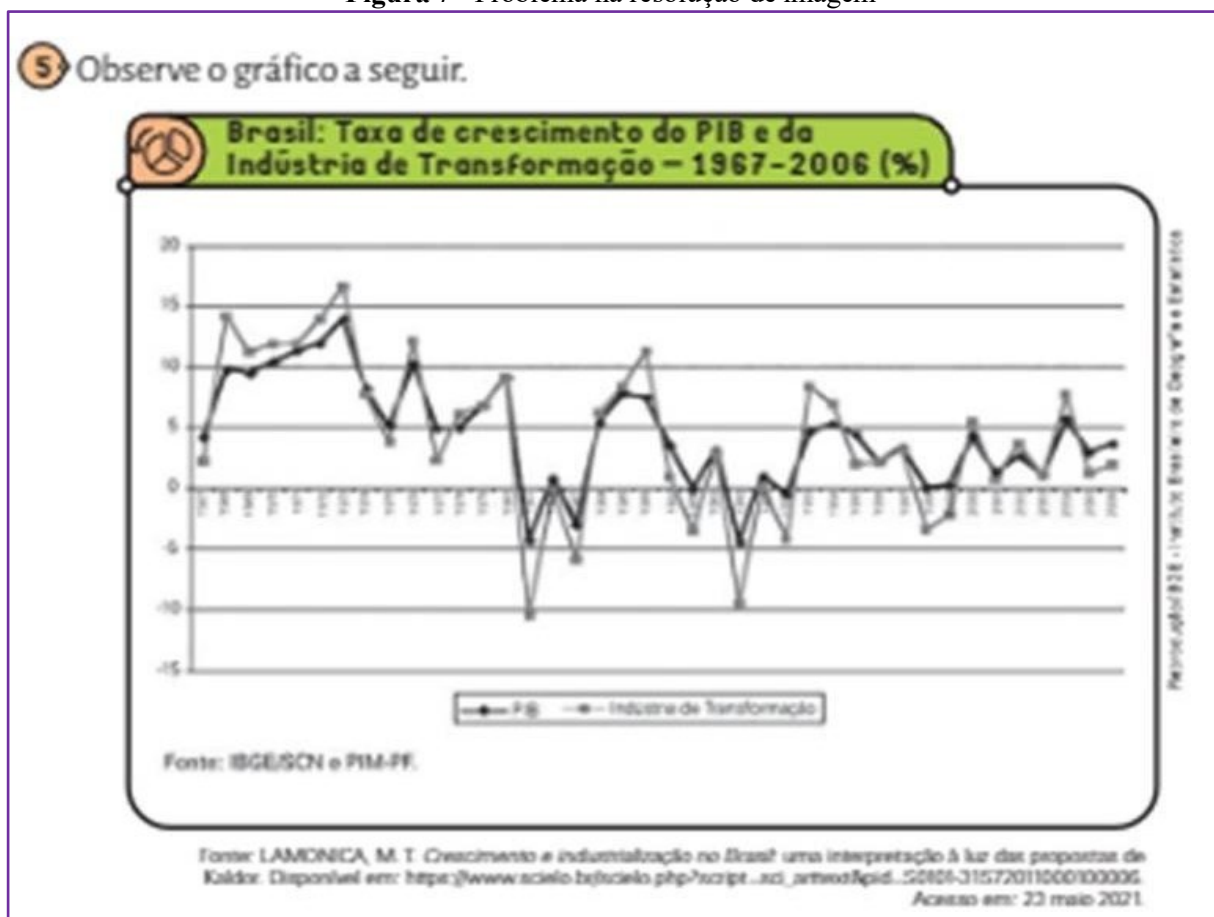


Fonte: elaboração do autor

Na imagem A, gráfico referente ao ano de 2050, nota-se que o total da porcentagem dos tipos de fontes de energia projetadas para utilização nesse ano não chega aos 100%, situação que exemplifica a incongruência da informação presente na obra. Já na imagem B da figura, há problemas de ortografia; como indicam as setas laranja, os nomes estão escritos de modo errado. Na legenda, a palavra *Ondomotriz* está escrita de forma equivocada, como *Ondmotriz*. Já na base do gráfico, o nome do país *Espanha* está escrito equivocadamente como *Epanha*.

Ainda nesse contexto de apresentação de incongruências encontradas na obra dos anos finais do Ensino Fundamental, na figura abaixo, temos a categoria de Confusões Conceituais e a categoria Resolução de Imagem. Problemas desse tipo podem impedir o desenvolvimento da leitura do espaço geográfico, assim como da capacidade de observação, interpretação e análise do objeto geográfico pelo estudante.

Figura 7 - Problema na resolução de imagem



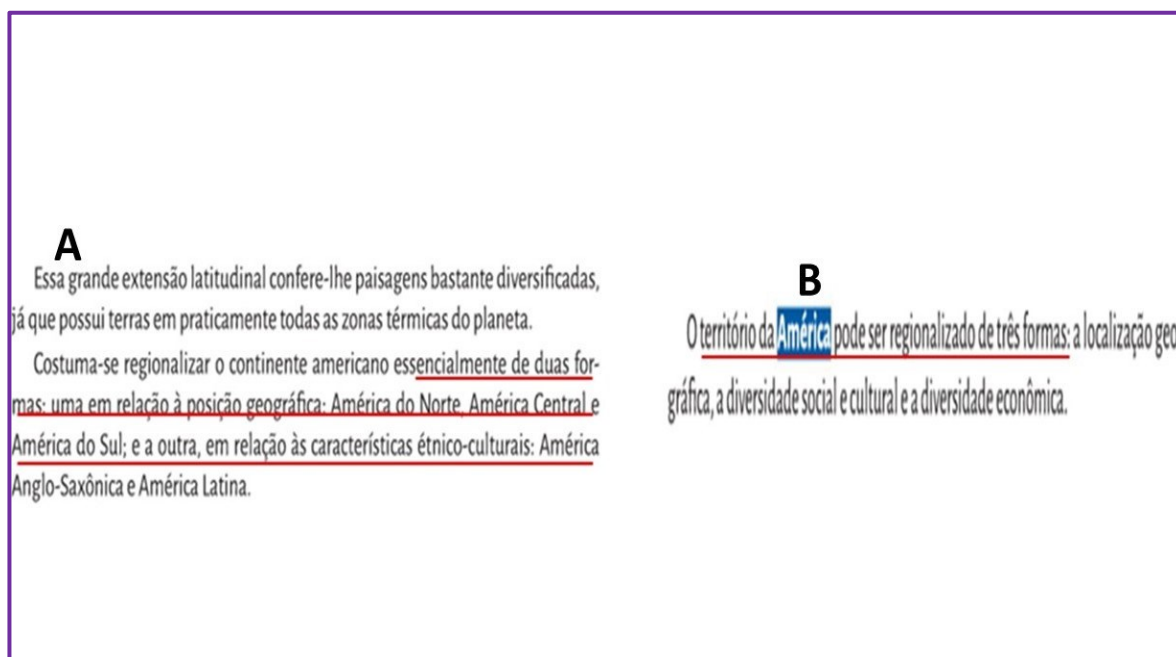
Fonte: Elaboração do autor

Na imagem da Figura 7, tem-se o gráfico da atividade sobre a evolução do PIB da indústria de transformação no Brasil. Nota-se a baixa resolução gráfica, algo que impede o desenvolvimento da leitura pelo professor e pelo estudante; por conseguinte, prejudica o desenvolvimento da atividade, já que não é possível entender as informações apresentadas no gráfico.

Para a categoria de análise Confusão Conceitual (CC), apresentamos abaixo duas figuras representativas da obra avaliada. Novamente, trata-se de erros que podem impedir a construção da capacidade de observação, interpretação e análise do espaço geográfico representado – no

caso, a espacialidade dos continentes americano e europeu.

Figura 8 - Confusão Conceitual



Fonte: elaboração do autor

Nas imagens da Figura 8, nota-se, em trechos da obra avaliada, que há uma confusão conceitual no processo de regionalização da espacialidade da América, sendo apresentadas duas formas de regionalizar o continente, ainda que em anos/séries diferentes. Na imagem A, veem-se duas formas de regionalizar, considerando-se: posição geográfica – América do Norte, América Central, América do Sul; características étnico-culturais – América Anglo-Saxônica, América Latina. Já na imagem B, apresentam-se três formas de regionalizar o espaço americano, segundo: localização geográfica – América do Norte, América Central, América do Sul; diversidade social e cultural – América Anglo-Saxônica, América Latina; e diversidade econômica – América desenvolvida e América subdesenvolvida.

Considerações Finais

Abordamos, neste estudo, o processo de implementação de políticas públicas, a partir da análise pedagógica do material didático/caderno de Geografia, anos finais – 7º, 8º, 9º – do programa/política pública Sistema Estruturado de Ensino, da Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso. Tal sistema é operacionalizado pelo consórcio entre a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a empresa Dian & Silva Empreendimentos Educacionais Ltda.

Nas análises do objeto de estudo, como demonstrado ao longo do trabalho, registramos alguns problemas na qualidade do material didático de Geografia utilizado na implementação do SEE, a saber: Incoerência Cartográfica (IC), Incongruências de Informação (II), Confusão Conceitual (CC), e Resolução de Imagem (RI). Trata-se de problemas que podem ter efeitos na potência de implementação da política pública, pois, como ponderado por Draibe (2001), os recursos podem ser condicionantes, facilitadores ou obstáculos aos processos de implementação de uma política pública ou programa.

Essa condição do material didático pode afetar também aquilo que Castrogiovanni e Goulart (2003) falam sobre o que um livro didático de Geografia tem que possibilitar ao ser concebido, ou seja, a leitura da organização do espaço geográfico e o desenvolvimento da capacidade de observação, interpretação e análise do objeto geográfico, seja ele natural ou humano. Nesse sentido, quando problematizamos o processo de implementação do SEE da rede estadual de educação básica do estado de Mato Grosso, destacamos a necessidade de analisar os processos, meios e recursos utilizados no quadro de implementação da política pública educacional. Isso porque tais recursos têm a potencialidade de repercutir na consecução da política, podendo ser facilitadores ou obstáculos, pois podem afetar a construção da prática pedagógica docente e, conseqüentemente, o processo de construção da aprendizagem pelo estudante.

Assim sendo, investigar temáticas ligadas ao processo de implementação do SEE da rede estadual de educação do estado Mato Grosso torna-se necessário para melhor compreendermos os efeitos dessa política no contexto da prática escolar, na construção da prática docente e na aprendizagem dos estudantes.

Referências

BRITES, C. M.; CLEMENTE, A. J. Implementação de Políticas Públicas: Breve revisão da literatura. **Revista NAU Social**, v.10, n.18, p. 27-37, mai./out. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31461>. Acesso em: 8 abr. 2023.

BONAFÉ, J. M.; RODRIGUES, J. R. O currículo e o livro didático: uma dialética sempre aberta. In: SACRISTÁN, J. G. (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 209-225.

CASTROGIOVANNI, A. C.; GOULART, L. B. A questão do livro didático em geografia: elementos para uma análise. In: CASTROGIOVANNI, A. C. et. al. **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/associação dos Geógrafos Brasileiro – seção Porto Alegre, 2003. p. 132-135.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (Orgs.) **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

FARIA, D. R. **MAXI: 7º ano. Ensino Fundamental, anos finais: caderno 1: Geografia. manual do professor**. – 1. ed. – São Paulo: Somos Sistemas de Ensino, 2021.

FARIA, D. R. **MAXI: 8º ano. Ensino Fundamental, anos finais: caderno 1: Geografia. manual do professor**. – 1. ed. – São Paulo: Somos Sistemas de Ensino, 2021.

FARIA, D. R. **MAXI: 9º ano. Ensino Fundamental, anos finais: caderno 1: Geografia. manual do professor**. – 1. ed. – São Paulo: Somos Sistemas de Ensino, 2021.

FRANCO, M. A. R. S. **Pedagogia e prática docente**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRANÇA, B.; CARVALHO, M. C. O livro didático de Geografia e a construção da identidade nacional. In: SACRAMENTO, A. C. R.; ANTUNES, F. C.; SANTANA FILHO, M. M. **Ensino de geografia: produção do espaço e processos formativos**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 279-291.

FREITAS, O. **Equipamentos e materiais didáticos**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/equipamentos.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2023.

GONÇALVES, A. R. Prefácio – Livro didático e disciplina de Geografia: campos de conhecimento e atuação do professor de Geografia. In: TONINI, I. M. et al. **Geografia e livro didático para tecer leituras de mundo**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p.07-13.

LOTTA, G. (org.). **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 31 mai. 2023.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). **Termo de referência nº001/2021**. Disponível em: <http://www3.seduc.mt.gov.br/sistema-estruturado-de-ensino1>. Acesso em: 20 julho 2022.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Governo firma contrato com a FGV e implementa método inovador na rede estadual. **Notícias - SEDUC**, Cuiabá, dez/2021. Disponível em: http://www3.seduc.mt.gov.br/noticias?p_p_id=101_INSTANCE_x2ufQeyZ87nK&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=2&_101_INSTANCE_x2ufQeyZ87nK_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview. Acesso em: 12 jun. 2022.

MATO GROSSO. **Decreto nº 1.497 de 10 de outubro de 2022**. Dispõe sobre a Programa Educação – 10 Anos, no âmbito do Estado de Mato Grosso. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Cuiabá-MT, nº 28.349, p. 01-03. Disponível em: <https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16974#/p:1/e:16974?find=DECRETO%20N%C2%BA%201.497,%20DE%2010%20DE%20OUTUBRO%20DE%202022>. Acesso em: 09 jun. 2023.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-MT). Educação 10 anos: o Mato Grosso entre as melhores redes de educação pública do Brasil. **Revista Educação 10 anos**, Cuiabá-MT, n. 2, p. 1-40, maio/2023. Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/documents/8125245/16806793/Revista+Educa%C3%A7%C3%A3o+10+Anos+-+Edi%C3%A7%C3%A3o+n%C2%BA+2+%281%29.pdf/c9d3ca17-6132-2155-7a12-6bc7916e35b8?t=1683296997163>. Acesso em: 09 jun. 2023.

ROCHA, A. A. Prezado leitor... (des)encontros entre a sala de aula e o manual do professor no livro didático. In: TONINI, I. M. et al. **Geografia e livro didático para tecer leituras de mundo**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 220-231.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 17. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2014.

Data de envio: 14/03/2024

Data de aceite: 24/03/2025

Revista Administração Educacional, Centro de Educação, Universidade Federal de
Pernambuco, Recife, v. 15, n. 2, p55-74., jul/dez 2024

ISSN:2359-1382 DOI <http://doi.org/10.51359/2359-1382.2024.262082>



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>